

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 18ª Reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Bacias (CT-PB)

Grupo de Trabalho:	GT-Acompanhamento do Plano de Bacias (CT-PB)
Reunião:	18ª Reunião
Data:	03/04/2025 - 14:30
Local:	Videoconferência – <i>Google Meet: meet.google.com/kwh-eawd-qsm</i>
Assunto(s) em discussão:	A reunião teve como foco a revisão do Plano de Bacias PCJ 2020-2035, com apresentação de propostas para o termo de referência feita pela Agência PCJ.
Pauta:	1. Abertura; 2. Propostas para o Termo de Referência para a revisão do Plano de Bacias; 3. Outros assuntos; 5. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	A Coordenadora Sra. Raquel Metzner abriu a 18ª reunião do GT Acompanhamento, cujo foco era a primeira revisão do Plano de Bacias PCJ 2020-2035, motivada por um novo TR. A pauta foi apresentada e aprovada, com Sr. Guilherme assumindo a relatoria e explicou os procedimentos da reunião, incluindo a identificação dos participantes no chat e o silenciamento dos microfones para evitar interrupções. Na sequência foi realizada a apresentação da Proposta para o Termo de Referência pela Agência PCJ feita pelo Sr. Eduardo Leo, juntamente com Sra. Cátia. Os apresentadores iniciaram a apresentação das propostas para o termo de referência da revisão do plano, buscando estabelecer premissas e balizas iniciais para o debate e estimaram uma sequência de 3 a 4 encontros para discutir as propostas. O Sr. Eduardo Leo destacou as incertezas relacionadas à revisão da Resolução nº 145 do CNRH (conteúdo mínimo para planos de bacia), que está paralisada, e a ausência de um roteiro orientativo para planos de bacias em São Paulo. A secretaria do CNRH aconselhou a utilização do normativo vigente, com a possibilidade de notas técnicas para eventuais incompatibilidades. A discussão abordou a revisão do enquadramento dos corpos d'água, com a Sra. Rosângela Santos do IGAM questionando sobre a intenção de revisão concomitante com a revisão dos planos. Sr. Eduardo Leo respondeu que a intenção é tratar as questões em conjunto, destacando o trabalho realizado em Minas Gerais, apesar de não ter sido formalmente proposto aos conselhos estadual e nacional. O Sr. Eduardo Leo mencionou incertezas relacionadas a atrasos em obras como Pedreira e Duas Pontes, e a influência de projetos como o Sistema Adutor Regional (SAR PCJ) no balanço hídrico da bacia. A proposta é utilizar dados publicados e disponíveis à época da revisão. O Sr. Guilherme questionou o andamento do SAR PCJ, especificamente a respeito do EIA/Rima, e Eduardo Leo esclareceu que o projeto se encontra na fase de concepção. Na sequência, o Sr. Eduardo Leo propôs premissas para o termo de referência, incluindo a manutenção das metas para o setor de saneamento, com possíveis melhorias pontuais, e a necessidade de obter parâmetros complementares para monitoramento mais eficaz (vide slide 3 da apresentação). O Sr. Guilherme sugeriu a inclusão de considerações sobre mudanças climáticas e soluções baseadas na natureza. A proposta é focar na revisão do plano de ação, atualizando apenas os elementos do diagnóstico necessários para subsidiar

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 18ª Reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Bacias (CT-PB)

	o plano de ação. A Sra. Rosângela Santos concordou com a abordagem, questionando se a revisão seria apenas dos quadros de ações e se a definição de indicadores para avaliação seria parte do processo; Eduardo Leo confirmou que seria essa a abordagem. O Sr. Flávio Forti Stenico argumentou pela atualização de dados de projeção de demandas e usos da água, balanço hídrico e impacto das obras de Amparo e Pedreira, considerando a renovação da outorga do sistema Cantareira em 2027. Sendo respondido que, para o Sistema Cantareira, a proposta é manter as regras operacionais já estabelecidas ou equivalentes. O Sr. Eduardo Leo concluiu que as premissas discutidas, incluindo a necessidade de considerar os cenários de mudanças climáticas e soluções baseadas na natureza (sugestão de Guilherme), constituem um conjunto suficiente para iniciar a elaboração do termo de referência. Foi proposta uma abordagem focada nos planos de ação e na atualização dos dados e indicadores existentes, priorizando a implementação e não apenas a elaboração de novas metas e diagnósticos. Na sequência, a Sra. Katia Cezarino apresentou uma proposta com nove produtos para a revisão do plano, incluindo um novo programa voltado para a adaptação às mudanças climáticas. A proposta engloba a atualização do diagnóstico e prognóstico, estruturação de novos programas de investimento, atualização do plano de ações e investimentos, proposta de enquadramento da porção mineira, relatório atualizado do plano e manuais operacionais. A Sra. Rosângela Santos questionou a inclusão de uma metodologia de avaliação da implementação das ações nos produtos finais da proposta. Eduardo Leo e Katia Cezarino esclareceram que a metodologia já é utilizada nos relatórios de implementação, com foco no monitoramento das ações e comparativos com metas do setor de saneamento. Foi enfatizada a necessidade de abordar a gestão e mediação de conflitos relacionados ao uso da água, especialmente em decorrência de eventos críticos. Assim como a atualização de dados de saneamento básico foi considerada crucial, com ênfase na necessidade de dados coerentes e realistas, alinhados com as metas do novo marco do saneamento até 2033. A possibilidade de incluir um estudo piloto sobre poluição difusa na bacia foi sugerida, considerando a represa de Salto Grande como um local estratégico para estudo. O Sr. Eduardo Leo propôs finalizar o debate sobre o termo de referência no primeiro semestre de 2025, com a contratação até o final do ano e início das atividades de revisão em 2026. Posteriormente, decidiu-se por reuniões quinzenais, com a possibilidade de reuniões semanais posteriormente. A próxima reunião foi agendada para o dia 17 de abril, às 14h30. Devido à dificuldade de colaboração simultânea em documentos online, optou-se por uma metodologia de colaboração individual via e-mail, com numeração das linhas do documento para facilitar a identificação de sugestões e comentários. Finalizadas as considerações a Coordenadora Sra. Raquel Metzner encerrou a 18ª reunião do GT Acompanhamento.
Próxima reunião:	A próxima reunião está agendada para 17 de abril, às 14h30, com reuniões quinzenais inicialmente.
Observações:	Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035 - link Resolução nº 145 do CNRH - link SAR PCJ - link

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 18ª Reunião do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Bacias (CT-PB)

Responsável pela redação:	Guilherme Theodoro N. P. de Lima (P.M de Jundiaí)
----------------------------------	---

Participantes – Nome completo (Entidade)	
1	Ana Paula Fernandes Abrahão (ABCON)
2	Ariana Rosa Bueno (SP Águas)
3	Carolina de Oliveira Silva (Agência das Bacias PCJ)
4	Cecilia de Barros Aranha (SP ÁGUAS)
5	Débora Papani (CONSÓRCIO PCJ)
6	Eduardo Léo (AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ)
7	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (SANASA)
8	Flávio Forti Stenico (CONSÓRCIO PCJ)
9	Guilherme Theodoro N. P. de Lima (P.M. Jundiaí)
10	Gustavo Arthur Mechlin Prado (ASSEMAE/SANASA)
11	Juliana Gonçalves (Agência das Bacias PCJ)
12	Karoline Monaro (P.M. INDAIATUBA)
13	Kátia Maria Sampaio Cezarino (Agência das Bacias PCJ)
14	Laice Daniele Correia (Agência das Bacias PCJ)
15	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (DAE JUNDIAÍ)
16	Mariane Alves de Godoy Leme (CONSÓRCIO PCJ)
17	Mariela Arrizatto (Agência das Bacias PCJ)
18	Patrícia G A Barufaldi (Agência das Bacias PCJ)
19	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (ASSEMAE)
20	Petrus Bartholomeus Weel (P.M. HOLAMBRA)
21	Raquel Eliana Metzner (IPSA-C)
22	Rosângela Pereira dos Santos (IGAM)